

OS PÉS-DE-BARRO DO REVISIONISMO

Ecoss da Marselhesa: Dois séculos revêm a Revolução Francesa, de Eric Hobsbawm. São Paulo. Companhia das Letras, 1996, tradução de Maria Célia Paoli, 157 pp.

Modesto Florenzano

I

"Felizmente, a Revolução Francesa ainda está viva" e transformou o mundo "para melhor". Com esta profissão de fé na Revolução Francesa, Eric Hobsbawm encerra seu *Ecoss da Marselhesa*, publicado originalmente em Londres, em 1990. Ao concluir assim, Hobsbawm não pretendeu apenas reafirmar sua convicção sobre a "centralidade e a relevância da Revolução Francesa"; também quis reiterar sua radical oposição a um certo revisionismo, sua "irritação" com o que caracterizou como uma "combinação de ideologia, moda e poder publicitário da mídia moderna [que] permitiu que o bicentenário fosse amplamente dominado por aqueles que, em uma palavra, não gostam da Revolução nem de sua herança" (p. 9).

Contudo, uma leitura atenta de *Ecoss da Marselhesa* permite imaginar que a "adrenalina" e a "irritação" que levaram Hobsbawm a escrever o livro foram suscitadas menos (como declara) por "uma leitura dos comentários franceses recentes sobre a Revolução Francesa" e por "alguns dos ataques que ela sofre" do que (como não declara) por "comentários e ataques", já não tão recentes, de um autor em particular: François Furet. Pois não se

intitula, precisamente, "A Revolução Francesa terminou" a primeira parte de *Pensando a Revolução Francesa*¹, o polêmico livro de Furet? E não foi esse texto, logo consagrado como o mais importante do revisionismo — juntamente com o *Dicionário crítico da Revolução Francesa*², adrede concebido para ser lançado um ano antes do bicentenário —, que fizeram de Furet, entre todos os historiadores especialistas em Revolução Francesa, nas palavras do *The Economist* (24/12/88), o "rei do bicentenário"?

Porque Furet, goste-se ou não, é entre todos os historiadores revisionistas o único que fez uma crítica de grande envergadura e de longo alcance à historiografia jacobino-marxista — à qual Hobsbawm se filia (historiografia que, segundo Furet, "prefere freqüentemente remendar o edifício de suas convicções, em vez de interrogar a história de suas tragédias", ou seja, "o desastre que constitui a experiência comunista do século XX") — e simultaneamente elaborou, como veremos a seguir, um modelo interpretativo alternativo da Revolução Francesa. Daí, sem dúvida, o segredo do seu sucesso e a razão de sua posição de *maître à penser* do revisionismo.

Ora, nada mais natural que, tendo escolhido Furet como alvo privilegiado de sua crítica, Hobsbawm tenha estrategicamente silenciado sobre os seus méritos e sobre a sua atual importância na historiografia da Revolução Francesa. Assim, apesar de não haver em *Ecoss da Marselhesa* um ataque frontal e individualizado ao autor de *Pensando a Revolução Francesa* (Furet não é mencionado mais do que umas seis vezes e, ao contrário de outros revisionistas, nenhum excerto de suas obras é cita-

(1) Furet, François. *Pensando a Revolução Francesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1989 (1ª edição francesa: 1978).

(2) Furet, François e Ozouf, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989 (1ª edição francesa: 1988).

do), pode-se sustentar que, de fato, foram as idéias e as teses furetianas que levaram Hobsbawm a escrever o livro. E, malgrado a irritação, a escrevê-lo *sine ira et studio*.

Porque, se é justo considerar o livro de Furet a crítica mais brilhante, e também a mais devastadora, já feita à historiografia simpática à Revolução, igualmente justo é considerar o de Hobsbawm a crítica mais inteligente, arejada e abrangente já feita — finalmente! — à historiografia revisionista francesa. E dos dois livros, ambos escritos como obras de combate, de tomada de posição a favor da e contra a Revolução Francesa, pode ser dito que, enquanto o do marxista é, tanto na letra quanto no espírito, cristalino e sereno, elegante e irônico, o do revisionista é opaco e conturbado, agressivo e irritante.

Tomemos como exemplo duas passagens de *Pensando a Revolução Francesa*, reveladoras da concepção e do estilo furetiano: i) "Se a Revolução Francesa vive, em sua prática política, as contradições teóricas da democracia é por inaugurar um mundo onde *as representações do poder são o centro da ação e onde o circuito semiótico é mestre absoluto da política*" (p. 64); ii) "Certamente, já é tempo de desinvestir a Revolução Francesa das significações elementares que ela mesma legou a seus herdeiros, para devolver-lhe o que é também um *primum movens* do historiador: a curiosidade intelectual e a *atividade gratuita de conhecimento do passado*" (p. 24, grifos meus).

Como se vê, Furet propõe que se interprete a Revolução Francesa como um fenômeno político-ideológico — e só político-ideológico —, que se o aborde como um discurso e, como se não bastasse, como um discurso sem sujeito (porque *"mais que uma ação a Revolução é uma linguagem"*). É em relação a essa linguagem, lugar do consenso, que a máquina seleciona os homens: *a ideologia fala através dos chefes jacobinos, mais do que estes falam através dela*", p. 187, grifos meus). E, para desqualificar a visão e o conceito da Revolução Francesa como revolução burguesa, isto é, como ruptura e momento crucial na passagem de um modo de produção a outro, sustenta, apoiado em Tocqueville, que a Revolução "só pode ser compreendida em e pela continuidade histórica. Ela completa esta *continuidade nos fatos*, embora apareça como *ruptura nas consciências*" (p. 29, grifos meus).

Ora, dado que para Furet toda a historiografia da Revolução Francesa (excetuando Tocqueville,

Cochin e, naturalmente, ele próprio!) continua a reproduzir acriticamente o discurso e a ilusão dos próprios revolucionários e, ainda, que a "vulgata marxista", partindo do conceito de "revolução burguesa" (esse "monstro metafísico", esse "conceito-faz-tudo", esse "deus *ex-machina*"), mistura e confunde "a Revolução-conteúdo [com] a Revolução-modalidade", reconciliando providencialmente "todos os níveis da realidade histórica e todos os aspectos da Revolução Francesa" (p. 34), considera então que finalmente chegou a hora de o historiador desconstruir esse discurso (essa ideologia) da e sobre a Revolução Francesa, para que se possa assim, e só assim, olhá-la "gratuitamente". Como não ficar irritado com alguém que, ao mesmo tempo, propõe que se veja a Revolução com espírito desarmado e contra ela investe armado como um inquisidor?

À primeira vista, parece surpreendente que a melhor crítica ao revisionismo francês e a melhor defesa da "velha tradição" historiográfica tenham vindo de um historiador como Hobsbawm, que, além de não ser francês, também não é especialista em Revolução Francesa ("não me incluo entre os muitos especialistas do tema", declara na Introdução). Mas só à primeira vista. De um lado, porque é bem conhecida a sua fama de historiador que domina como ninguém temas, lugares e períodos históricos os mais variados, o que levou Christopher Hill (também historiador, inglês e marxista) a fazê-lo, no terceiro volume dos seus *Collected essays*, de 1986, a seguinte dedicatória: "Para Eric Hobsbawm, que sabe sobre tudo, inclusive o século XVII". (Lembremos, a propósito, que a carreira e a fama de Hobsbawm começaram com o seminal estudo "A crise geral do século XVII"³.) De outro lado, porque, embora menos conhecida, a antiga e íntima familiaridade de Hobsbawm com a história e os historiadores da Revolução Francesa faz dele, sim, como

(3) Publicado em 1954 era *Past and Present*. O ensaio de Hobsbawm é seminal porque nele pela primeira vez um historiador apresentou uma interpretação abrangente e sistemática da crise do século XVII, procurando dar conta de todos os países europeus e tanto da esfera econômica quanto da social e da política. Alguns anos depois, em 1959, ao apresentar na mesma revista um ensaio que criticava a interpretação de Hobsbawm, o historiador conservador inglês Trevor-Roper deu origem a uma célebre polêmica sobre o século XVII, que envolveu vários outros historiadores. Ambos os artigos foram traduzidos e publicados por Theo Santiago na coletânea *Capitalismo* (Rio de Janeiro: Eldorado, 1974).

veremos, malgrado sua modéstia, um especialista no tema.

Lembremos aqui, em apoio a essa afirmação, de um seu livro anterior, *A era das revoluções — 1789-1848*, de 1962. Nesta obra, original e encantadora sob qualquer ponto de vista e que conheceu um sucesso extraordinário, temos uma explicação da dupla revolução formadora do mundo contemporâneo (vale dizer, a Francesa e a Industrial) que só um historiador erudito e versátil do porte de Hobsbawm poderia oferecer. O capitalismo e as revoluções, os dois temas permanentes da sua pesquisa e reflexão histórica, são aí abordados de maneira surpreendentemente articulada e profunda. E até mesmo inédita. Que outro historiador, antes de Hobsbawm, havia explorado, com o rigor e a competência de especialista e de maneira tão conjunta e sistemática, os dois temas? Ninguém, certamente⁴.

Mas há mais. O que encantou, e sem dúvida ainda encanta, o leitor de *A era das revoluções* é que aí Hobsbawm oferece, em linguagem simples e elegante, uma história do período formador da Europa e do mundo contemporâneos ao mesmo tempo descritiva e analítica, profunda e sintética, em que todas as mais importantes instâncias da vida humana estão presentes e são tratadas de maneira inovadora, com um enfoque multidisciplinar, isto é, com a história abrindo-se para a economia, a etnologia, a demografia, a sociologia, a política, a filosofia, a ciência e as artes. Um magnífico exemplar de história *total*, de autoria de um marxista inglês, ligado não aos *Annales* (que reivindicam para si a história total), mas a Georges Lefebvre (1874-1959), historiador francês há muito esquecido, para não dizer desprezado, pelos *nouveaux historiens*, os quais, a partir dos anos 60, passaram a dominar em nome dos *Annales* a historiografia francesa. Quem conhece a obra de Lefebvre não pode deixar de notar que foi este autor, sem dúvida, quem mais inspirou Hobsbawm em *A era das revoluções*.

Não deixa de ser significativo o fato de, entre todos os historiadores citados por Hobsbawm em *Ecos da Marselhesa*, Lefebvre ser o único que recebe tratamento privilegiado, o único que é contemplado

com um esboço biográfico e com o elogio que segue: "A década de 1930 foi dominada por um número de volumes clássicos feitos por ele: *O grande medo de 1789...*, ponto de partida para a hoje chamada 'história vinda de baixo' (um termo cunhado por Lefebvre), e acima de tudo o mais marcante monumento que alguém jamais ergueu no centésimo quinquagésimo aniversário da Revolução Francesa, em 1939, um pequeno livro chamado *Quatre-Vingt-Neuf*. Foi o tributo prestado pela Frente Popular Francesa, no momento do seu declínio, à Revolução Francesa, quando não poderia mais comemorá-la adequadamente. Esse livro é, essencialmente, aquilo que a historiografia revisionista moderna está atacando... Na minha opinião, e mesmo na de seus adversários, Lefebvre foi, de longe, o mais importante historiador moderno da Revolução Francesa" (p. 96)⁵.

Comparemos agora esse elogio com a seguinte crítica de Furet a Lefebvre: "Não seria difícil mostrar que o maior historiador universitário da Revolução Francesa do século XX, aquele que possuiu sobre esse período o saber mais rico e seguro, teve somente, como visão sintética do imenso acontecimento ao qual consagrou sua vida, as convicções de um militante do cartel das esquerdas ou do *front populaire*" (p. 23). Como não ver no elogio de Hobsbawm uma resposta precípua à crítica de Furet? Acrescentemos que a crítica de Furet a Lefebvre é gratuita, pois não vai além daquele mero, e único, argumento. Tanto é verdade que, depois de anunciar em uma nota de rodapé de *Pensando a Revolução Francesa*: "Voltarei mais adiante sobre a importância e a significação da obra de G. Lefebvre, que me parecem ilegitimamente incorporadas, mesmo no nível da interpretação, por A. Soboul e seus discípulos" (p. 220), estranhamente, Furet não volta mais ao assunto, nem naquele livro nem, salvo engano, em nenhum outro posterior.

Acrescentemos ainda sobre Lefebvre que, se por um lado, tal como Bloch e Febvre (os fundadores dos *Annales*), ele perseguiu sempre uma história total, por outro, diferentemente de Braudel e dos *nouveaux historiens* (como Le Goff, Ladurie e Furet, que sucederam a Braudel no comando da famosa

(4) Tão grande foi o sucesso de *A era das revoluções*, que a ele se seguiram *A era do capital — 1848-1875*, *A era dos impérios — 1875-1914* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 1977 e 1988, respectivamente) e *A era dos extremos — 1914-1991* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995).

(5) *Quatre-Vingt-Neuf* foi, finalmente, traduzido e editado no Brasil em 1989, pela Paz e Terra (Rio de Janeiro), com o título *1789: O surgimento da Revolução Francesa*. Já *O grande medo de 1789* foi publicado em 1979 pela editora Campus (Rio de Janeiro).

revista), não só não excomungava a chamada história *événementielle* ("Eu não me associo em absoluto à excomunhão da narrativa", disse mais de uma vez), como cultivava um canteiro, a Revolução Francesa, *événementielle par excellence*. Curiosamente, na mesma década de 50, em que o prestígio de Lefebvre atingia no exterior seu ponto mais alto (quando sua casa, de tão freqüentada por historiadores estrangeiros, tornou-se uma "Internacional de historiadores", entre os quais o próprio Hobsbawm, que, certamente por modéstia, não se refere a isso no livro), começava na França o que se poderia chamar de "operação esquecimento" em torno do seu nome. Tanto é verdade que apenas duas décadas depois o dicionário *La nouvelle histoire*, organizado por Jacques Le Goff e publicado em 1978, praticamente nada diz sobre Lefebvre e a sua importância na historiografia da Revolução Francesa.

Ora, não deixa de ser paradoxal constatar que a visão distorcida e injusta que se estabelece na França sobre Lefebvre deve-se, em boa parte, ao seu discípulo, e substituto na Sorbonne, Albert Soboul, o "porta-bandeira da ortodoxia da revolução burguesa", na definição de Hobsbawm. Com efeito, Soboul, de tanto se considerar herdeiro e continuador de Lefebvre e de tanto se apropriar das idéias deste, acabou por contaminar com seu marxismo e comunismo dogmáticos a figura de seu mestre, fazendo com que também este fosse visto, erroneamente, como tal. Como bem notou Hobsbawm, "os esboços históricos do falecido Albert Soboul (mas não seu extraordinário trabalho sobre os *sans-culottes* parisienses) [deixam] margem para as zombarias de Furet sobre 'uma espécie de vulgata leninista populista'" (p. 107).

Seja como for, não deixa de ser uma ironia que Furet tenha alcançado fama e consagração como historiador não fazendo história social quantitativa e das mentalidades, como no início de sua carreira, mas fazendo história e filosofia política, note-se bem, da Revolução Francesa, tão desprezadas e criticadas pelos historiadores dos *Annales*.

II

Ao longo da Introdução e dos quatro capítulos que compõem *Ecos da Marselhesa*, a defesa que Hobsbawm faz da Revolução Francesa e da "velha

tradição" historiográfica tem por fundamento três teses (ou idéias-força), um pressuposto epistemológico e um procedimento analítico. Vejamos, resumidamente, cada um desses cinco elementos. Uma primeira tese consiste em mostrar e reconhecer que, na França, a historiografia da Revolução Francesa tornou-se, "ao final da II Guerra Mundial, uma versão monolítica e monocêntrica do marxismo" e "uma ortodoxia que deve ser hoje questionada". Como se vê, o marxista Hobsbawm, em vez de "remendar o edifício de suas convicções" (na formulação de Furet), não se guarda de reconhecer, inteligentemente, que os marxistas fizeram mais mal que bem à historiografia da Revolução Francesa. Nas suas palavras: "Em resumo, os marxistas tiraram bem mais da historiografia republicana da Revolução Francesa, tal como ela se desenvolveu no século XX, do que contribuíram para ela. No entanto, não há dúvidas de que fizeram dessa historiografia a sua própria e, portanto, asseguraram que um ataque ao marxismo deveria ser também um ataque àquela historiografia" (p. 104).

Dir-se-ia que Hobsbawm soube jogar a água do banho — a historiografia marxista (mas não o marxismo, note-se) — sem jogar a criança junto — a Revolução Francesa — e, assim procedendo, colocar-se em uma posição de força e limpar o terreno para avançar outra tese (que, apesar de antiga e conhecida, nunca havia sido explorada antes e usada como arma por um marxista): a de que o conceito (e o modelo) de revolução burguesa foi uma criação historiográfica, não do marxismo, mas do liberalismo. Mais precisamente, uma criação dos historiadores franceses — liberais moderados — da Restauração (1815-1830), como François Guizot, Augustin Thierry, Adolphe Thiers e F. A. Mignet (fato que, Hobsbawm não deixa de lembrar, o próprio Marx foi o primeiro a reconhecer), criação desenvolvida e levada a seu ponto mais alto por Aulard, Jaurès, Mathiez e Lefebvre (historiadores republicanos e socialistas) nas três primeiras décadas do século XX.

Apoiado em abundantes e eloqüentes citações dos políticos e historiadores da Restauração, principalmente Guizot e Mignet, Hobsbawm demonstra, de maneira brilhante, como e por que esses liberais moderados elaboraram uma interpretação que, ao mesmo tempo que retomava (e coincidia com) a dos próprios contemporâneos da Revolução Francesa, serviu-lhes de arma política (na luta contra Carlos X e sua tentativa de reinstalar o absolutismo) e de justifi-

cativa ideológica (para tomar o poder na Revolução de 1830 e estabelecer a dominação e hegemonia liberal-burguesa). Na magistral formulação de Hobsbawm, os liberais moderados franceses da Restauração sabiam, no que diz respeito à Revolução Francesa, que "sem a multidão não haveria a nova ordem; com ela, viria o risco da revolução social, o que pareceu tornar-se realidade por um breve período em 1793-94. Os construtores do novo regime precisavam de proteção contra os velhos e os novos perigos. Não surpreende que aprendessem a se reconhecer, no curso dos acontecimentos e também retrospectivamente, como uma classe média, e a reconhecer a Revolução como uma luta de classes tanto contra a aristocracia quanto contra os pobres. E, contudo, que outra coisa poderiam ter feito? A moderna visão revisionista de que a Revolução Francesa foi, em certo sentido, 'desnecessária', ou seja, que a França do século XIX seria quase a mesma se a Revolução não tivesse acontecido, é o tipo de proposição contrafactual que não é plausível nem passível de prova" (pp. 39-40).

Hobsbawm explora o mais que pode o fato — que não deixa de constituir uma ironia da história — de que os liberais moderados franceses do começo do século XIX interpretaram "a Revolução Francesa em termos completamente diferentes dos seus sucessores liberais moderados da década de 1980" (p. 31), isto é, os revisionistas. Com efeito, e em resumo, enquanto os primeiros viram a Revolução Francesa como algo absolutamente *importante, necessário, inevitável e benéfico* (apesar de tudo), os revisionistas, ao contrário, vêem-na como um fenômeno *desimportante, desnecessário, acidental e nefasto* (pelo seu caráter violento, terrorista e totalitário). Os historiadores liberais do século XIX aceitaram, nas palavras de um deles, Thierry, "os atos necessários de violência" porque estavam convencidos de que, "no final das contas, os crimes incluídos, a Revolução valeu a pena"; já os historiadores revisionistas, convencidos de que a Revolução foi "puro acaso em sua origem e ineficaz em seu trabalho", só têm olhos para o que consideram os "custos desproporcionais dessas relativamente pequenas mudanças".

Mas, e sempre de acordo com Hobsbawm, se a interpretação dos liberais do século XIX expressava uma realidade social de luta de classes e uma concepção que orientava a ação e dava sentido à história, a interpretação dos revisionistas franceses

desta segunda metade do século XX expressa, "não um perigo detectado de revolta social, mas um ajuste de contas na Rive Gauche de Paris". Se da II Guerra Mundial até os anos 60 o marxismo foi a moda intelectual dominante em Paris e na França ("Em todo caso, as modas intelectuais ditam as cores ideológicas a serem usadas durante o ciclo corrente, da mesma forma que a *haute couture* dita as cores da estação."), a partir da década seguinte "tornou-se mais difícil encontrar marxistas do que positivistas no velho estilo, e os que sobraram foram abandonados como um chapéu velho" (p. 114).

Hobsbawm captou com muita acuidade a presença no revisionismo francês de um componente específico, não encontrável no outro revisionismo, o anglo-americano. Dadas as peculiaridades da esquerda francesa (decorrentes da própria importância e peso da Revolução Francesa e da hegemonia do marxismo e do Partido Comunista no pós-guerra), a "revisão liberal da história revolucionária francesa é inteiramente dirigida, via 1789, para 1917". Em outras palavras, o ajuste de contas com o marxismo e o comunismo, no caso da França (onde a maioria dos intelectuais, como Furet, tinha sido marxista e comunista), passava quase que necessária e previamente por um ajuste de contas com a Revolução Francesa, cuja historiografia era dominada pela esquerda.

Assim, se houve alguém que não foi tomado de surpresa ao saber do ajuste de contas de Furet, desta vez e finalmente, com 1917, em *O passado de uma ilusão*, publicado em 1995, este foi sem dúvida Hobsbawm, pois, como acabamos de ver, seu aparecimento em *Ecos da Marselhesa* é como que premonitoriamente antecipado. (Diga-se, *en passant*, que Hobsbawm fez sobre o livro de Furet uma belíssima resenha para *Le Débat*, nº 89, 1996.) Mas, voltando ao revisionismo, Hobsbawm mostra como o seu contexto e sentido também decorrem de um fenômeno mais geral, universal mesmo, que são as transformações impressionantes sofridas pelo mundo e pela França nesta segunda metade do século XX: "Muito do ceticismo a respeito de a Revolução Francesa ter sido uma revolução burguesa emerge da comparação entre a França de hoje — urbanizada, *high tech*, industrializada, modernizada — e a França claramente rural e pequeno-burguesa do século XIX; entre a França da década de 1940, com seu contingente populacional agrário de 40%, e a França da década de 1980, na qual 90% da população não se ocupa de atividades rurais" (p. 115). De

onde a pergunta, que já é uma resposta: "Se a França mudou tão drasticamente por que não mudaria a história de sua Revolução?" (p. 118).

Mas para Hobsbawm, e eis a sua terceira tese, existem bons e maus revisionismos, sendo necessário distingui-los e separá-los. Mau revisionismo é, por exemplo, o do historiador conservador inglês Alfred Cobban (1901-1968), considerado, consensualmente, o iniciador do movimento com o panfleto "The myth of the French Revolution", de 1955, e com o livro *A interpretação social da Revolução Francesa*, de 1964 (este último, nas palavras de Hobsbawm, "a pedra angular do revisionismo moderno"). Embora Hobsbawm não cite nenhum texto de Cobban, vale a pena reproduzir aqui uma passagem do seu panfleto de 1955. Pois, no momento em que foi lançado, seguramente ninguém, nem o próprio Cobban, teria podido imaginar que o que parecia não passar de uma mera provocação e zombaria viria a se constituir no texto inaugural do revisionismo: "Era uma vez uma ordem social chamada feudalismo. Este era um terrível monstro e vivia num castelo. Durante séculos, um burguês, João, o gigante matador, trepou no pé de feijão do progresso econômico, até que, finalmente, na Revolução Francesa ele liquidou a velha ordem colocando em seu lugar alguma coisa chamada, alternativamente, capitalismo ou sociedade burguesa. A única divergência com relação à estória tradicional é que, depois, ela não viveu feliz para sempre"⁶.

Para o bem ou para o mal, Cobban abriu a caixa de Pandora a partir da qual todos os aspectos, todos os fundamentos da interpretação *marxisant* (e *liberal*, como vimos) da Revolução Francesa foram sistemática e insistentemente atacados. Contudo, nada mais natural e inevitável, visto o fenômeno em perspectiva histórica. Se todos os grandes modelos ou sistemas explicativos, e não apenas os da história, não resistem à história, à usura do tempo, sendo mais cedo ou mais tarde atacados — e quanto mais completos e hegemônicos mais inevitáveis os ataques —, por que não o seria o modelo liberal-marxista, que por tanto tempo dominou a historiografia da Revolução Francesa? Diante dos ataques—bem-humorado, o de Cobban, e mal-humorado, o de Furet, mas que são, afinal, os que contam,

um pelo pioneirismo e outro pela força —, eis a bela e sábia resposta de Hobsbawm: "Em resumo, o revisionismo na história da Revolução Francesa é, simplesmente, um aspecto de um revisionismo muito maior sobre o processo do desenvolvimento ocidental — e mais tarde global — na era do capitalismo e em seu interior. Não afeta apenas a interpretação marxista, mas também a maioria das outras interpretações históricas desse processo, pois, à luz das mudanças um tanto extraordinárias que transformaram o mundo desde o final da II Guerra Mundial, todas elas defrontam-se com a necessidade de se repensarem..." (p. 123).

E para mostrar de um outro ângulo, subjetivo, o fato inevitável do revisionismo, Hobsbawm cita a seguinte passagem de uma resenha de Crane Brinton sobre Cobban: "O historiador criativo, como o artista criativo, é obrigado, em nosso tempo, a produzir algo novo na forma de uma 'interpretação'. Em resumo, é obrigado a ser um *revisionista*" (p. 119). E acrescenta: "A Revolução Francesa é, indubitavelmente, o único campo na história em que o incentivo para se produzir uma versão revisionista, ou seja, para rejeitar-se a visão estabelecida, é irresistível" (p. 119). Para Hobsbawm, o revisionismo de Cobban e de Furet (bem como o dos historiadores franceses em geral) é mau revisionismo porque (ao contrário do dos anglo-americanos em geral) não é "feito com base em fatos, mas em interpretações". ("O que a maioria dos revisionistas franceses está fazendo é, para citar o título do livro de François Furet, *penser la Révolution Française*, ou seja, ajustando de forma diferente os fatos conhecidos. Os tais fatos novos, tal como estão circulando, são em grande parte devidos a pesquisadores ingleses e americanos", p. 106.)

Em suma, o que Hobsbawm sustenta, e eis seu pressuposto metodológico, é que para a história o que afinal importa, ou deveria importar, é que, embora sempre ideológico, subjetivo e parcial, o conhecimento histórico existe enquanto expressão e representação de uma realidade concreta, empírica e não, como querem os desconstrucionistas, apenas como um discurso: "Os teóricos que vêem toda realidade como uma construção puramente mental, além da qual a análise não pode penetrar, estão errados; e, ao afirmar isso de saída, estou fixando minhas cores conceituais em algum tipo de mastro. Se a história que escrevemos fosse indistinguível da ficção, não haveria lugar para a profissão de historiador e pessoas como eu teriam perdido o tempo de suas vidas" (p. 17). Se é apenas um discurso, uma interpretação, então não importa se revisionista ou marxista

(6) Cobban, Alfred. "The myth of the French Revolution". In: *Aspects of the French Revolution*. New York, 1968, p. 95; *A interpretação social da Revolução Francesa*. São Paulo: Zahar, 1989.

ta, pode ser tudo, menos história. Para Hobsbawm, todas as interpretações revisionistas que resultam não de novas pesquisas oferecendo fatos novos, mas de novos argumentos sobre fatos antigos, não são "necessariamente melhores guias do que as antigas versões para compreender o papel e as conseqüências históricas da Revolução" (p. 10). Vimos que as antigas versões derivaram, em grande parte, das próprias impressões dos contemporâneos aos fatos. E, embora "não tenham autoridade em si mesmas, podendo ser invalidadas pela pesquisa moderna séria, elas também não podem ser dispensadas como mera ilusão ou erro" (p. 12).

Hobsbawm reconhece: "Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história de nosso próprio tempo quando olhamos o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período". Em geral, os historiadores liberais, republicanos, socialistas e marxistas da Revolução Francesa, ao contrário dos revisionistas, nunca negaram esta contingência constitutiva do saber histórico; mas, acrescenta Hobsbawm, referindo-se sem dúvida aos historiadores revisionistas, "aqueles que escrevem *somente* a história de seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem intenção de o fazer" (p. 14).

Finalmente, o procedimento analítico desenvolvido por Hobsbawm para demonstrar a importância e a centralidade do seu objeto foi o de pesquisar e discutir "um tema surpreendentemente desprezado" pelos historiadores: a recepção e interpretação que a Revolução Francesa recebeu dos séculos XIX e XX. E, ao fazê-lo, entre outras coisas, explorou o contraste entre o primeiro e o segundo centenários da Revolução. Hobsbawm desencavou passagens de vários autores a favor da e contra a Revolução, mas todas lapidares na demonstração da sua grandeza.

Vejamos como exemplo estas duas citações, formuladas por ocasião do primeiro centenário, uma contra, do conservador Goldwin Smith: "[a Revolução Francesa foi] a maior catástrofe que caiu sobre a raça humana" (p. 87), e outra a favor, esta do famoso historiador liberal Lord Acton: "[a Revolução foi] um imenso passo adiante na marcha da humanidade, algo que lhe devemos até hoje por alguns dos benefícios políticos de que gozamos" (p. 85).

Ao mostrar que no centenário liberais e conservadores discordaram radicalmente sobre os efeitos da Revolução, mas concordaram inteiramente sobre a sua importância, enquanto no bicentenário uns e outros não mais discorda(ra)m entre si e concorda(ra)m em promover "esse rebaixamento da Revolução Francesa", Hobsbawm conseguiu o brilhante feito de promover um arrasador rebaixamento na autoridade historiográfica da interpretação revisionista. Pois, entre a autoridade de um historiador e liberal puro como Acton, autor das *Lectures on the French Revolution* (publicadas em 1910) e da mais bela formulação crítica sobre o poder ("Todo poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente") e que soube reconhecer o caráter positivo da Revolução Francesa, e a autoridade de historiadores revisionistas como Jacques Solé (*A Revolução em questões*, 1988), René Sédillot (*Le coût de la Révolution Française*, 1987) e Simon Schama (*Cidadãos*, 1989), cujos livros foram escritos para *aparecer* no bicentenário e que são, com muita competência, reduzidos à insignificância em *Ecos da Marselhesa*—não há termo de comparação. Já que não há como prescindir de alguma autoridade (historiográfica e epistemológica), fiquemos com a melhor. E a melhor, sem dúvida, é aquela que Hobsbawm segue, defende e promove.

Modesto Florenzano é professor do Deptº de História da FFLCH da USP.